

## Senadores cobram ação do governo para resolver conflitos no campo

Debate em plenário começou com discurso em que Antonio Carlos Magalhães criticou ministros e apontou a "falência da autoridade", com conseqüências para as instituições



Reunida ontem, a CAE autorizou a rolagem da dívida do Rio e a indicação de procuradora do Cade

### Dirigentes sindicais debatem desemprego hoje em comissão

"Um diagnóstico sobre o real quadro de trabalho e desemprego no País" é o tema do debate que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) promove hoje, a partir das 10h, reunindo os presidentes das centrais sindicais.

Em reunião realizada ontem, a CAE aprovou e encaminhou à deliberação do plenário da Casa parecer favorável à autorização para o estado do Rio de Janeiro emitir letras financeiras destinadas ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre deste ano.

A comissão aprovou ainda, em votação secreta, mensagem presidencial indicando Marusa Vasconcelos Freire para exercer o cargo de procuradora-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### Marina Silva denuncia presença de madeira estrangeira na Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou ontem em plenário que a madeireira W.T.K., da Malásia, está comprando 1,5 milhão de hectares no vale do rio Purus, no Amazonas, usando empresas brasileiras na operação. "Depois de destruírem reservas florestais em outros pontos do planeta, agora querem atacar a última floresta equatorial do mundo", alertou.

Marina Silva encaminhou ofício ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Beni Veras (PSDB-CE), pedindo que sejam convocados a depor sobre a exploração irregular de madeira na Amazônia os ministros do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, e da Indústria, do Comércio e do Turismo,



Marina Silva Francisco Dornelles.

- O Brasil é altamente frágil no setor, porque não temos como exigir que a exploração de madeiras seja feita com manejo florestal, de modo a preservar o meio ambiente. Desta vez, não são madeiras tupiniquins, mas grupos estrangeiros que já causaram danos ambientais nas regiões onde atuaram - disse.

Senadores de diferentes partidos manifestaram-se ontem sobre a gravidade dos conflitos fundiários no País, a maioria exigindo ação do governo federal.

Os debates no plenário foram iniciados pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que se declarou preocupado com a lentidão com que o governo federal age nos conflitos fundiários ocorridos em vários estados brasileiros.

ACM foi aparteado por 12 senadores, alguns em defesa do governo e outros condenando a estrutura fundiária, que precisa ser modernizada. **Página 5**

NESTA EDIÇÃO

**Dutra não aceita colocarem o PT no foco de tragédias**

**Página 4**

**Comissão Mista vota hoje parecer sobre a LDO**

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar o parecer do relator, senador Ronaldo Cunha Lima, sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O parecer foi discutido ontem. **Página 2**

# Comissão de Orçamento vota hoje parecer sobre LDO

*Relator da matéria, senador Ronaldo Cunha Lima rejeita execução provisória do Orçamento por entender que Congresso vai cumprir prazo na apreciação do projeto*

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar o parecer do relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1997. O parecer foi apresentado e discutido em reunião realizada ontem.

No parecer, que teve o prazo de recebimento de destaques de emendas encerrado ontem, o senador propõe a redução da reser-

va de contingência de 3% para 2,5%, a vigorar no Orçamento da União para o ano que vem. Argumenta o relator que "a redução drástica no ímpeto inflacionário possibilita um planejamento mais próximo da realidade, tomando as estimativas de receita e despesa mais acuradas".

Ronaldo destacou ter sugerido a rejeição do instituto da execução provisória para o Orçamento de 1997, que foi proposta pelo

Executivo diante da hipótese de o Congresso não enviar à sanção até o dia 31 de dezembro o projeto de lei orçamentária. O senador disse ter considerado "a firme determinação dos presidentes das duas Casas e do presidente desta comissão em aprovar o Orçamento no prazo constitucional".

Outro ponto não aceito no pa-



Ronaldo C. Lima

recer refere-se à extinção de cargos no serviço público. Ele justificou tratar-se de matéria estranha à LDO. "Como alternativa, criamos condições para o Poder Executivo fixar número de cargos que não serão preenchidos no exercício, regra esta entendida aos demais poderes", explicou.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**10h30** - Recebe o deputado Valdemar Costa Neto (SP), líder do Partido Liberal na Câmara.

**11h** - Recebe delegação de parlamentares da República Popular Democrática da Coreia do Norte.

**11h30** - Recebe o jornalista Kennedy Alencar, da *Folha de S. Paulo*.

**12h** - Recebe o presidente da Confederação Nacional do Transporte, Clésio Andrade.

**12h30** - Recebe o diretor da CBN, Laerte Rímoli.

**14h30** - Preside sessão deliberativa do Senado.

**17h30** - Recebe o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Alberto Abdalla.

**18h** - Participa do lançamento do livro *Um híbrido fértil*, de Jarbas Passarinho. *Salão Negro do Congresso Nacional*.

**20h30** - Participa de jantar em homenagem aos ministros mineiros, na residência de Mara e Gilberto Amaral. *SHIS - QI 09 - Conj. 15 - Casa 01*.

### PLENÁRIO

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em segundo turno da "PEC nº 1/96, que flexibiliza o monopólio estatal do resseguro; e primeiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, que disciplinam o uso de medida provisória; e também primeiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nº 12/95, que acrescenta inciso ao art. 30 da Constituição, que trata da desapropriação de imóveis para fins de urbanização, por interesse social; nº 17/95, que altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal, que determina o direcionamento da investigação criminal ao Ministério Público; nº 18/95, que acrescenta parágrafo 13 ao art. 14 da Constituição, para coibir abusos e influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais; nº 28/95, que revoga o inciso IX do art. 235 da Constituição Federal, objetivando suprimir os obstáculos à plena realização e consolidação das novas unidades federadas; nº 31/95, que altera dispositivos da Constituição Federal, remetendo à União a competência para prevenir e reprimir os crimes de extorsão mediante seqüestro; e nº 43/95, que altera o art. 46 da Constituição Federal objetivando que os presidentes da República que deixarem o governo venham a ser membros do Senado Federal.

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; "PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; e "PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**

Pauta: Exposições sobre "Um diagnóstico do real quadro de trabalho e

desemprego no País". Expositores: presidentes da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva; da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros; da Central Geral dos Trabalhadores, Antonio Fernandes Neto; da Confederação Geral dos Trabalhadores, Enir Severino da Silva; e da Central Autônoma dos Trabalhadores, Laerte Teixeira da Costa. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**

Pauta: Discussão e votação do substitutivo do senador Wilson Kleinübing ao PLS nº 161/95 - Companhia Vale do Rio Doce. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**14h30 - CPI sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil**

Pauta: Depoimentos dos jornalistas Valéria França e Joaquim de Carvalho. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.470/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras**

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*.

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

#### PLENÁRIO

**Quinta-feira (20.06.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: segundo dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (sobre medidas provisórias) e ainda das PECs nºs 12, 17, 18, 28, 31 e 43/95; e primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

**Sexta-feira (21.06.96)**

**9h - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (sobre medidas provisórias), e ainda das PECs nºs 12, 17, 18, 28, 31 e 43/95; e segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 57/95.

#### COMISSÕES

**Quinta-feira (20.06.96)**

**10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 30/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; e "PDL nº 33/96, que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2.2.94, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**10h - Comissão de Assuntos Sociais**

Pauta: A ser definida. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*.

**10h - Comissão de Educação**

Pauta: A ser definida. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*.

# Desmonte de veículos só com autorização de órgão público

*Projeto aprovado pelo Senado prevê também que as empresas deverão manter livro de registro de comercialização de peças*

A instalação e o funcionamento de empresas dedicadas à operação de desmonte de veículos, venda de suas peças e sucata dependerão de autorização de órgão público a ser definido em regulamentação do Poder Executivo. A medida é o que estabelece projeto de lei da Câmara aprovado ontem, com modificações, pelo plenário do Senado. O projeto volta à Casa de origem.

Além de autorização oficial para funcionar, as empresas de desmonte e sucata, pelo projeto, deverão manter livro de registro de comercialização de peças e acessórios de veículos desmontados. O desmonte, por sua vez, também ficará sujeito a consulta prévia, a órgão oficial competente, quanto à procedência do veículo.

Outro projeto aprovado, que também voltará à Câmara, prevê que estabelecimentos que empreguem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade deverão garantir creches e pré-escolas para seus

filhos desde o período de amamentação até os seis anos de idade. A exigência poderá ser suprida mediante convênio.

O projeto prevê também a adoção de um sistema de reembolso, em que as mães escolheriam as creches e pré-escolas e teriam as despesas reembolsadas na folha de pagamento.

O plenário do Senado aprovou também substitutivo a projeto de lei da Câmara que assegura a prestação de assistência religiosa nos hospitais públicos e privados, bem como

nas prisões civis e militares. O atendimento religioso será prestado em comum acordo com os internados ou com seus familiares. Após turno suplementar no Senado, o projeto retornará à Câmara.

O Parque Nacional de Superagui, no Paraná, passará a integrar a praia Deserta, conforme projeto da Câmara aprovado pelo Senado e que irá a votação suplementar.

Os senadores deliberaram, ainda, pela promulgação da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores. O projeto de lei da Câmara que reduz as multas por atraso de pagamentos de 10 para 2%, que obteve parecer favorável na CCJ, será examinado também pela CAE. O plenário acolheu requerimento nesse sentido do senador Bello Parga (PFL-MA).



Odacir Soares

## Senado garante transparência em compras

A aquisição de bens e serviços contratados pelo Senado Federal deverá ser precedida de uma estimativa de preços baseada em ampla pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou por outra entidade especializada que venha a ser contratada para esse serviço. O primeiro-secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO), assinou ontem um ato regulamentando esses procedimentos. O convênio firmado no ano passado com a FGV, com o objetivo de conferir transparência, austeridade e economicidade aos processos licitatórios do Senado, já apresentou resultados altamente positivos.

Segundo Odacir Soares, todos os órgãos públicos deveriam adotar a mesma experiência porque, conforme disse, todas as licitações passariam a ter uma transparência maior, seriam mais austeras e gerariam uma economia muito grande para o País. "No caso do Senado, que desde 1995 vem sendo assessorado pela Fundação Getúlio Vargas, posso assegurar que os preços caíram consideravelmente, pois em alguns itens a redução foi de até 50%".

Odacir destacou que "se a experiência adotada pelo Senado se universalizar tenho certeza que o Brasil, no final do ano, faria uma economia de bilhões de dólares relativamente a todas as contratações que viesse a fazer no exercício de 1996".

**Empresas que empregam pelo menos 30 mulheres deverão oferecer creches**

## Emília anuncia cartilha para mulheres candidatas

O lançamento da "Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras em 1996", previsto para o dia 27 no plenário do Senado, foi anunciado ontem pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), destacando que a publicação faz parte da campanha "Mulheres Sem Medo do Poder". Em nome da bancada feminina no Congresso Nacional, a senadora expressou seu apoio a todas as candidatas às eleições deste ano, "com a certeza de que o aumento da representação feminina nas Câmaras e poderes executivos municipais contribuirá para o desenvolvimento social com justiça, equidade e democracia".

Segundo Emília Fernan-



Emília Fernandes

des, na IV Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU no ano passado, na China, um dos temas prioritários foi o da baixa representação feminina nas instâncias decisórias, "fato evidenciado nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legis-

lativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal do Brasil".

Conforme a senadora, "através da cartilha, pretendemos também contribuir para ampliar o universo de conhecimentos específicos do mundo político às mulheres, dando mais um passo para a superação das barreiras impostas pela formação educacional e pela cultura dominante".

Emília manifestou a convicção de que a cartilha é um "instrumento que contribuirá para as campanhas eleitorais, aprofundando o debate sobre as questões de gênero e integrando as mulheres no processo de busca de soluções para os problemas atuais".



# Dutra reage e retira PT do foco das tragédias

Líder responde a acusações contra o partido feitas pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman, e pelo prefeito de São Paulo, Paulo Maluf

O senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, condenou ontem as tentativas que vêm sendo feitas "para colocar o Partido dos Trabalhadores como o responsável por tragédias que acontecem no País". Ele criticou o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que atribuiu ao PT a responsabilidade pelo incêndio que destruiu um prédio na favela de Heliópolis e matou quatro

pessoas.

Dutra repudiou declarações do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman, que acusou o PT de responsável pelas mortes de sem-terra no sul do Maranhão, na semana passa-



José Eduardo Dutra

da, porque o partido "teria acirrado os ânimos dos trabalhadores durante o comício na véspera". O senador lembrou que até o presidente do Ingra, Raul Jungmann, discordou da afirmação do secretário-executivo

do Ministério da Justiça.

O comício foi organizado, conforme o líder do PT, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e dele participaram representantes de diversos partidos. "Esse tipo de acusação não vai intimidar o PT, que vai continuar lutando pela reforma agrária, pela paz e justiça no campo e pela democracia", acrescentou.



Ademir Andrade

## Ademir conclama patrões a aderirem à greve na sexta

A greve geral marcada para a próxima sexta-feira (dia 21) por centrais sindicais "deveria contar com a adesão total dos empresários, que enfrentam sérias dificuldades por causa da política econômica do governo", afirmou ontem o senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB.

- Este deveria ser o dia do Brasil, já que o movimento objetiva mostrar a necessidade de mudanças na condução da política do governo. Até os senadores e os funcionários do Senado deveriam parar na sexta-feira. O PSB está totalmente engajado no movimento - acrescentou.

Ademir Andrade disse que a greve não objetiva "atacar o presidente Fernando Henrique Cardoso. O movimento dará ao governo uma oportunidade para refletir sobre a condução de suas políticas econômica e social".

## Suplicy condena Maluf e lamenta mortes no incêndio de Heliópolis

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem a morte de quatro pessoas no incêndio que destruiu um prédio na favela de Heliópolis, em São Paulo, e condenou a atitude do prefeito Paulo Maluf, que acusou o PT como um dos responsáveis pela tragédia.

- Não foi à toa que os moradores da favela se indignaram com o prefeito e foram hostis a Paulo Maluf. Mais tarde, a candidata Luíza Erundina esteve na favela e foi recebida com

carinho pelos moradores. Ao invés de procurar culpados e fazer acusações, Erundina se solidarizou com as famílias atingidas.

Para Suplicy, o incêndio mostra a necessidade de se oferecerem melhores condições de vida aos brasileiros. "Isso só pode ser feito com a melhoria da distribuição de renda."

O senador lembrou o "Relatório sobre o Desenvolvi-



Eduardo Suplicy

mento Humano no Brasil", preparado pela ONU e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o qual concluiu que 33,3% dos brasileiros "continuam pobres" ("como se morassem na Índia"), 17,3% têm um nível de vida médio (comparado ao da Bulgária) e 49,4% têm padrões de vida de primeiro mundo (paralelos com os da Bélgica).

## Tuma elogia ação de bombeiros em SP

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) homenageou ontem o Corpo de Bombeiros de São Paulo, pela sua atuação quando da explosão do shopping de Osasco e durante o incêndio, segunda-



Romeu Tuma

feira, na favela de Heliópolis, na capital paulista. Ele também elogiou os governantes que investem em segurança pública.

O trabalho dos bombeiros nas tragédias foi eficiente, com técnica de primeiro mundo, contando com apa-

relhamento moderno e de alta tecnologia, afirmou o senador. Romeu Tuma aproveitou a oportunidade para informar que acolheu convite da Academia de Oficiais do Corpo de Bombeiros de Brasília para ser o patrono da nova turma de formandos, em julho.

# Falta autoridade em conflitos fundiários, diz ACM

*Senador critica a lentidão do governo no combate à violência no campo. Para ele, ação do ministro Raul Jungmann é "passiva", enquanto a do ministro Nelson Jobim é "incorreta"*

"O que me preocupa é a falência da autoridade, com graves conseqüências para o País e para as instituições", disse ontem em plenário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao apontar a lentidão com que o governo federal age nos conflitos fundiários ocorridos em vários estados brasileiros.

O senador lembrou ao presidente da República que estão faltando providências de seus auxiliares no combate à violência que se propaga no campo no



Antonio Carlos Magalhães

nas cidades, e mencionou os Ministérios da Justiça e da Reforma Agrária como as instituições mais responsáveis por essa lentidão na solução dos

conflitos. "Ou o governo toma providências ou teremos conseqüências gravíssimas neste país", disse.

Antonio Carlos Magalhães também acusou "os frustrados pelas derrotas eleitorais" pelo incentivo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), alertando para o risco de um confronto mais grave entre ruralistas e trabalhadores rurais, com resultados indesejáveis para todos.

Ele afirmou que, enquanto a ação do ministro da Justiça,

Nelson Jobim, é incorreta, a do ministro extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann, "é passiva, e isso não pode continuar, sob pena de o governo perder totalmente o controle da situação e coisas mais graves acontecerem". O senador criticou sobretudo o fato de que, embora havendo a Polícia Federal e vários órgãos federais que poderiam agir num momento de conflitos, quando esses ocorrem toda a responsabilidade é atribuída aos governadores.



Jäder

Lúdio

Melo

Simon

## Gravidade da situação rural mobiliza debate em plenário

Em apartes ao discurso que o senador Antonio Carlos Magalhães proferiu sobre os conflitos fundiários que ocorrem no País, doze senadores se manifestaram sobre a gravidade da situação, a maioria exigindo ação do governo federal. "O governo tem que encarar a reforma agrária como problema econômico e descentralizá-la", afirmou o líder do PMDB, Jäder Barbalho (PA), sustentando que a União está debatendo aos governos estaduais um assunto que é de sua exclusiva competência.

Ele explicou que os governos estaduais não podem apenas solucionar os conflitos com a ação da Polícia Militar, mas deveriam participar do processo de assentamento e da seleção dos agricultores.

Referindo-se ao Movimento dos Sem-Terra (MST) o se-

ador Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu que "o que era uma lagartixa está se transformando num crocodilo e marcha para tornar-se um dinossauro".

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o MST precisa existir para que o Brasil acorde e perceba o grave problema que é a concentração de terras agricultáveis no País. Ele denunciou que a bancada ruralista no Legislativo impediu a aprovação de projeto de lei que tramitava na Câmara e que, caso tivesse sido aprovado, teria impedido o recente conflito que resultou em quatro mortes no Maranhão.

### ARMAS

Também dizendo-se preocupado, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) informou que o proprietário de uma loja de armas em Ponta Porã declarou que suas vendas aumentaram

significativamente nos últimos dias, originando-se a clientela tanto de trabalhadores sem-terra como de proprietários rurais. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a modernização do Brasil e a necessidade da reforma agrária, mas sustentou que o MST não está interessado na distribuição fundiária, e sim na ampliação da desordem e da comoção social.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, assim como o direito à propriedade da terra está garantido na Constituição e não pode ser violado, a lei máxima do País também garante vários direitos que não são cumpridos, entre eles um salário mínimo capaz de garantir o sustento da família do trabalhador.

Ernandes A morim (PMDB-RO) elogiou a honestidade e a competência do ministro Raul Jungmann, e afirmou que o Brasil se resente não é de lei para assentamento fundiário, mas de boa vontade do presidente da República para destinar recursos a essa tarefa.

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), defendeu o MST para dizer que

o movimento deseja reforma agrária sim, mas sustentou que nem todos no Parlamento a desejam. O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que, no momento em que o governo passar a desapropriar terras e assentar famílias de agricultores, imediatamente o MST se desmobilizará.

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou que 1% dos proprietários rurais são donos de 44% das terras agricultáveis do País, explicando que só isso já caracteriza grave injustiça social. Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que o mais importante no discurso



Flaviano



Napoleão



Totó

de ACM foi o alerta para a gravidade da violação de direitos humanos nesses conflitos fundiários. Totó Cavalcante (PFL-TO) lastimou a violência e a comoção social resultante dos conflitos fundiários, sustentando que o conflito no campo resulta sobretudo da falta de uma política agrícola no Brasil.



# Suassuna quer educação contra miséria

*Para senador, argentinos têm escolaridade média duas vezes superior à dos brasileiros, enquanto Estados Unidos e Japão se desenvolveram porque investiram no ensino*

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que é preciso o Brasil investir na educação para reverter o quadro de miséria do País, o que, segundo disse, não é uma tarefa fácil, apesar das tentativas do Ministério da Educação. Suassuna justificou sua tese destacando que a educação não é vista como elemento de liberação do ser humano pela maioria dos governantes.

- Quando olhamos a Argentina, verificamos que eles têm escolaridade média duas vezes superior à nossa. O Japão e os Estados Unidos chegaram ao atual nível de desenvolvimento

pelos investimentos que fizeram na educação - observou Suassuna, ao comentar o relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ney Suassuna disse que o documento da ONU desautoriza o governo de Fernando Henrique Cardoso a comemorar uma melhor distribuição de renda em função



Ney Suassuna

do real, "porque a divisão de riquezas ocorreu, mas não a nível suficiente para alterar o quadro de miséria do País".

Para o senador, o relatório precisa ser visto como um "norte para nossas decisões". Segundo o documento, o Brasil obteve o 63º lugar no ranking dos países com maior desenvolvimento humano, ficando atrás da Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, México e Colômbia. "Isso é uma injusti-

ça e não se forma uma grande nação dessa forma", comentou Suassuna.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, disse que, a se manter a atual política econômica, onde o Estado deixa de ser indutor do desenvolvimento para ser apenas regulador, a tendência do Nordeste é ficar mais atrasado. Dutra acha que há uma contradição entre a prática e a posição dos senadores na Casa quando tratam dos problemas nordestinos. Segundo ele, as forças do mercado só vão querer se estabelecer no Sul e Sudeste, onde há infraestrutura.

## Amorim: cortes afetam combate ao narcotráfico

A Polícia Federal suspendeu a implantação de quatro bases de combate ao narcotráfico



Amorim

na Amazônia porque o Tesouro Nacional não liberou R\$ 280 mil, segundo informou ontem o *Correio Braziliense*, em matéria citada pelo senador Ernan-des Amorim (PMDB-RO). Basta a notícia, diz Amorim, "para que a Nação saiba o que é prioridade, na visão de quem dirige este País".

Apenas a base de Anzol, em Tabatinga, fronteira com a Colômbia, foi implantada. Outro programa paralisado é o de destruição de pistas clandestinas montadas pelo narcotráfico no Vale do Javari, destacou Amorim.

## Representante da ONU entrega a Sarney relatório sobre o Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem visita do representante residente do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), César Augusto Miguel, que lhe entregou o *Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996*. O estudo é o primeiro especialmente feito para



Sarney recebe César Augusto Miguel, do Pnud

o País e foi elaborado com a ajuda do Ipea e mais 25 instituições, que colaboraram com 35 trabalhos individuais contendo indicadores sociais e econômicos sobre a qualidade de vida no Brasil, informou o representante do Pnud.

Sarney também recebeu a visita do embaixador ja-

ponês no País, Chihiro Tsukada, que falou sobre as comemorações dos 100 anos das relações Brasil-Japão. Tsukada disse que o presidente do Senado é o "político brasileiro que tem mais afinidade com os homens públicos do Japão".

O senador recebeu ainda o embaixador da

Coréia, Sam-hoon Kim, que manifestou a intenção de aprofundar as relações de amizade e comerciais entre brasileiros e coreanos, e o embaixador extraordinário e plenipotenciário da Argentina, Alieto Aldo Guadagni, que veio despedir-se, já que ocupará outro cargo no governo de seu país.

# Ramez Tebet pede programa de desenvolvimento para Centro-Oeste

*E propõe parceria entre o poder público e a iniciativa privada, com vistas a interiorizar o progresso, desafogando as metrópoles*

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que o governo precisa definir um programa de desenvolvimento para a região Centro-Oeste e defendeu uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada com o objetivo de promover a interiorização do desenvolvimento no País, desafogando as metrópoles.

Tebet destacou reportagem da revista *Exame* segundo a qual nos próximos quatro anos um conjunto de mais de 40 cidades situadas no Centro-Sul do País deverá receber investimentos da ordem de R\$ 60 bilhões. Conforme o senador, esses recursos compõem um vasto programa de aplicações nas áreas de transporte, energia, saneamento e telecomunicações.



Ramez Tebet

O senador informou que mais R\$ 40 bilhões serão investidos na instalação de indústrias e outros empreendimentos, pelo setor privado. Ramez Tebet disse que as cidades de Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul, São Simão, em Goiás, e Pederneiras, em São Paulo, integram um conjun-

to que está sendo chamado de "cidades emergentes" ou futuramente promissoras.

Segundo Ramez Tebet, a Champion, uma das maiores produtoras de papel e celulose do mundo, comprou 80 mil hectares no município de Três Lagoas - terra natal do senador - para plantar 1 milhão de pés de eucalipto nos próximos três anos, mediante investimentos de 1,2 bilhão de dólares. Ele disse que Três Lagoas comemorou 81 anos de emancipação política no último final de semana.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que o Centro-Oeste ainda é visto como uma periferia e não existe uma ação concreta do governo para a região.



Benedita da Silva

## Benedita defende atendimento de idoso no domicílio

A importância da criação de uma política de saúde de atendimento domiciliar para idosos, já em estudo pelo governo federal, foi destacada pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Segundo a senadora, a internação é indicada somente quando há risco de vida para o paciente ou se ele apresenta um estado de saúde debilitado. A seu ver, o ideal é que o doente seja mantido junto à família, já que sua recuperação é sensivelmente melhor nessa situação.

- Seria importante também criar mecanismos de compensação à renda familiar para o atendimento aos idosos. Dessa forma, o governo repassaria diretamente dinheiro para as famílias. É igualmente necessário elaborar ações alternativas, em parceria com a sociedade civil, para incentivar a permanência do idoso no seu lar - afirmou.

Benedita referiu-se ainda a relatório da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro sobre as clínicas geriátricas do estado. "Foram encontradas pessoas à morte, desnutridas e abandonadas; medicação vencida ou sem prazo de validade; prontuários com falhas nas anotações, sem assinaturas dos médicos responsáveis; falta de profissionais nos plantões", frisou.

A senadora apóia o recadastramento dos 6 mil hospitais e clínicas conveniadas no País, mas diz que é preciso, também, desenvolver um sistema rígido de fiscalização. Em aparte, ela foi apoiada pelo senador Romeu Tuma (PSL-SP).

## Cabral insiste na importância da Zona Franca

Não são apenas o peixe - com alto índice de proteínas - e os rios da Amazônia que proporcionam uma melhor qualidade de vida ao povo da região, conforme relatório da ONU e do Ipea sobre o desenvolvimento humano no País. A observação foi feita pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para quem, se não fosse a Zona Franca de Manaus, o Amazonas não apareceria em posição intermediária na pesquisa.

Depois de afirmar que tem tido uma preocupação diária com a Zona Franca, Cabral disse que, alertado por notícia do jornal *O Globo* sobre a expectativa



Bernardo Cabral

do governo brasileiro em assinar um acordo de livre comércio com o Chile, e receoso da possibilidade de a Zona Franca sofrer algum "arranhão", participou ontem, com o senador Jeffer-

son Peres (PSDB-AM), de uma reunião no Itamaraty que tratou do assunto.

- Quando alertamos os órgãos competentes é para somar as forças, atalhar esse tipo de notícia - comentou Cabral, acrescentando que, graças à produção de eletro-eletrônicos na Zona Franca, o Brasil ocupa o quarto lugar no setor.

Em aparte, Jefferson Peres disse que "sente arrepio" quando lê sobre renúncia fiscal. Segundo ele, sem os incentivos que recebe, o Amazonas estaria relegado ao limbo, entre os estados mais pobres da Federação.

# Mauro cobra governo mais ágil nos transportes

*Senadores da Comissão do Corredor Centro-Leste debateram ontem os pontos críticos dos planos oficiais, após ouvirem depoimentos de autoridades responsáveis pelas ações*

O relator da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), afirmou ontem que o governo precisa ser mais ágil em suas ações na região, inclusive definindo o órgão que irá cobrar os resultados dessa atuação. "Temos pequenos pontos de estrangulamento no Corredor Centro-Leste. Está faltando um cobrador e um coordenador das ações do governo, já que o planejamento foi bem feito", disse.

Mauro citou, a propósito, o transporte de rocha fosfática de Catalão (GO) a Santos (SP), que leva dezenove dias. "É mais fácil buscar a rocha no Marrocos ou na Flórida. As ferrovias estão prontas. Falta um grande executivo", afirmou.

O senador fez sua intervenção após as exposições do presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, Paulo Vivacqua, e do secretário de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Mauro Marcondes.

O presidente da comissão, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), quis saber o que o Estado pode fazer para ajudar os empresários da região. Marcondes respondeu que a grande tarefa do governo é a de articulação, e manifestou sua crença de que a privatização pode mudar o processo de desenvolvimento do eixo Centro-Leste.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente da



Marcondes, do Planejamento, depõe na comissão do Senado

comissão, referiu-se especificamente ao problema de escoamento da produção de seu estado, afirmando que não há nenhuma conexão da região com o Porto de Tubarão, no Espírito Santo, "a não ser por caminhos tortuosos".

## SÓSÓRCIO

Paulo Vivacqua informou à comissão que o Consórcio do Corredor Centro-Leste é uma sociedade privada sem fins lucrativos, que tem o objetivo de gerar empregos

no centro do Brasil e promover uma mudança no padrão do fluxo migratório interno em direção a essa área central.

Segundo Vivacqua, o consórcio tem como funções fundamentais manter e ampliar o apoio político e empresarial, estimular o comércio e o investimento entre a região, o Brasil e o mundo, integrar o corredor ao planejamento regional e incentivar o constante aperfeiçoamento dos sis-



Mauro Miranda

temas de transportes, telecomunicações e energia da região Centro-Oeste.

Vivacqua destacou que o Brasil tem um dos mais elevados custos internos de transporte do mundo, e que, hoje, 70% do transporte no País é rodoviário, quando esse percentual não poderia ultrapassar 35%. O presidente do consórcio informou que a ruptura das barreiras que cercam a região central do País está sendo feita através das ferrovias, para as quais o governo não pode deixar de destinar recursos financeiros.

## INVESTIMENTOS

Já Mauro Marcondes falou aos senadores sobre os três pontos que norteiam o Plano Plurianual de Investimentos: seletividade (definição de prioridades), parcerias (com o setor privado, organismos internacionais, estados e municípios) e indicação de eixos de desenvolvimento. Ele relacionou as principais ações do governo para a modernização do setor de transportes.

## Sarney reafirma a importância das ferrovias

Ao receber, na tarde de ontem, uma delegação de ferroviários acompanhada pelo deputado Carlos Santana (PT-RJ), o presidente do Senado, José Sarney, reafirmou sua convicção de que a opção pelo transporte ferroviário é essencial ao desenvolvimento.

Sarney foi procurado pelos ferroviários, dirigentes da Federação Independente Sobre Trilhos, que é ligada à CUT e representa 80% da categoria, para tratar das suas reivindicações, em especial dos aposentados.

Os aposentados da RFFSA estão reclamando cumprimen-

to da Lei da Paridade. Eles argumentam que o governo definiu reajuste de apenas 10%, enquanto a Previdência concedeu 15% aos demais aposentados. A RFFSA admite, segundo eles, que graças ao programa de demissões existem recursos para um reajuste entre 16 e 12%.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Emandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
**Editores:** Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kallum e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal